



GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gestão Integrada de Riscos

Imprescindível para o desenvolvimento sustentável de qualquer instituição financeira, a gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar todas as categorias de riscos aos quais a instituição está sujeita. Sua administração envolve um conjunto integrado de controles e processos, abrangendo riscos de crédito, de mercado, de liquidez e de capital, além dos riscos operacionais, sob responsabilidade do departamento de compliance. O Banco no Brasil trabalha permanentemente no mapeamento desses riscos potenciais, adotando medidas constantes para sua mitigação.

O nível de risco adequado para o Banco no Brasil é definido pelo Comitê de Crédito e Risco (CCR), sempre em consonância com o Banco em Portugal. São elaborados relatórios diários visando o acompanhamento e controle, objetivando assegurar índices adequados de solvência, liquidez e provisionamento.

A equipe de Controle de Riscos tem atuação independente das áreas de negócios, sendo autônoma em seu processo de análise, qualificação, controle e monitoramento de risco.

A metodologia de rating interno utilizada pelo Banco no Brasil segue a utilizada por todas unidades do grupo, com atribuição para empresas clientes e as operações, considerando, além dos aspectos de desempenho, também o porte, o setor de atuação e estrutura de operação.

Basileia III

As regras impostas pelo acordo de Basileia III visam o aperfeiçoamento da capacidade das instituições financeiras de absorver choques e de crescer de maneira sustentada. O Banco no Brasil já atua em consonância com a Basileia III e está confortável em relação às suas mudanças.

Em relação ao risco de crédito, o Banco no Brasil segue as normativas estabelecidas para o Modelo Padronizado. O método incorporou elementos à metodologia antes utilizada, como os mitigadores de risco de crédito, que possibilitam melhor adequação do requerimento de capital às características das exposições, além de expandir o caráter das mesmas, inclusive com relação a contas off-balance.

Com relação ao risco operacional, é utilizado o Indicador Básico (BIA), método que calcula o requerimento mínimo de capital considerando a média das receitas auferidas em todas as linhas de negócios, em um período de três anos, com fator Beta de 15%. Para acompanhamento e controle do risco de mercado, o Banco definiu a ampliação das diretrizes, incluindo exposições ainda não contempladas.

Ao final do exercício fiscal de 2014, o índice de Basileia Expandido (o qual incorpora a parcela Banking) para o Banco no Brasil foi de 15,7%, refletindo um adequado nível de capital, dado o limite atual do BACEN em 11%, frente aos níveis de riscos que são incorridos.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a um prejuízo potencial pelo não cumprimento, direto ou indireto, dos termos pactuados de obrigações financeiras por parte de um tomador ou contraparte. Além de ativos financeiros, também são consideradas as exposições em derivativos, avais, fianças, coobrigações e

assemelhados.

A metodologia utilizada por todo o Grupo, incluindo o Banco no Brasil, para a definição do *rating* interno dos clientes foi desenvolvida pela *Risk Solution* (Standard&Poors). Considera as características individuais de cada cliente (segmento e atividade), levada ao seu nível máximo de consolidação dentro de um determinado grupo econômico, assim como a operação financeira a ser realizada. Todos os *ratings* atribuídos pela equipe local do departamento de crédito são ratificados em Comitê conjunto com a Diretoria de Crédito do Banco em Portugal.

No caso de determinadas operações estruturadas - *Project Finance, Acquisition Finance e Commodity Finance*, além daquelas que possuem padrões específicos - a atribuição dos *ratings* internos é feita por equipe específica do Grupo em Lisboa, dadas as características particulares de atuação de cada produto.

A análise, aprovação, solicitação e o estabelecimento dos limites de todas as operações que envolvem risco de crédito e contraparte ocorrem no âmbito do Comitê de Crédito e Risco (CCR) com a participação da Diretoria Executiva e do departamento de crédito.

A equipe de Controle de Riscos, dentro desse escopo, tem por objetivo a medição, o monitoramento e o controle contínuo e integrado das posições e exposições em comparação aos limites pré-aprovados. Isso envolve todas as operações realizadas e os fatores de risco em que o Banco no Brasil incorre. Todas as operações são escopo de análise, independentemente de sua classificação contábil. As referidas exposições a risco e as posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância, são definidas e formalizadas em Comitês específicos. Regularmente é efetuado o acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco no Brasil no que se refere à evolução das exposições de crédito, ao monitoramento das eventuais perdas relacionadas, e às renegociações dessas operações. São igualmente objeto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e a adequação dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito. Além disso, o perfil da carteira de crédito do banco é monitorado por meio de diversos instrumentos de avaliação e averiguação de exposição por cliente/grupo econômico, produto, rating, setor econômico, maturidade e garantias.

Risco de Mercado

O risco de mercado envolve a possibilidade de perda em razão de oscilação de taxas, descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. No Banco no Brasil, sua identificação, avaliação, monitoramento e controle são realizados de forma contínua. Os relatórios elaborados são enviados para Tesouraria, Diretoria e área de controle de riscos em Lisboa.

A proposta com relação aos limites de riscos é baseada na análise de fatores relevantes de riscos, na volatilidade do mercado, na projeção de crescimento da atividade e em premissas de risco/retorno consideradas adequadas de acordo com os padrões adotados pelo Banco. São feitas simulações para situações normais e adversas de mercado e definidos os limites de posição por fator de risco específico, *stop losses* e concentração. O objetivo é traçar um amplo quadro e dar subsídio suficiente à alta administração para decidir pelos limites adequados ao momento, à política e à estratégia do Banco.

Essas propostas são elaboradas, no mínimo, uma vez por ano, discutidas com a área de controle de riscos em Lisboa e levadas para a apreciação do Comitê de Crédito e Riscos (CCR) local, para posteriormente serem submetidas ao Conselho de Crédito e Riscos Global em Lisboa. O gerenciamento do risco de mercado é feito por meio do monitoramento diário dos níveis de exposição frente aos limites estabelecidos, tanto para a carteira local do Banco no Brasil, como para sua filial em Cayman.

Considerando a variação da carteira (P&L: *Profit and Loss*) do Banco para o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2014, as validações realizadas confirmaram que os limites vigentes comportaram, com bastante folga, tanto o VaR quanto o resultado aferido. O desempenho denota a aderência ao modelo, com eventuais extrapolações observadas ficando dentro do limite previsto.

Para fins legais, são elaborados diferentes relatórios, como:

- **DDR** – Demonstrativo Diário de Risco, cuja finalidade é apresentar ao órgão regulador diariamente e de forma sucinta, as informações de riscos de mercado por parcela de *RWA (Risk Weighted Asset)*;
- **DRM** - Demonstrativo de Risco de Mercado, que apresenta informações relativas às exposições aos fatores de risco de mercado mapeados nos vértices definidos pelo Órgão Regulador; e
- **DLO** - Demonstrativo de Limites Operacionais, cuja finalidade é informar as parcelas de requerimento de capital.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade de dispor de recursos - *funding* - para saldar compromissos assumidos, ou mesmo para aproveitar oportunidades significativas de mercado. O gerenciamento da liquidez é essencial para a instituição financeira fazer face às flutuações em seus ativos e passivos e cumprir obrigações do dia a dia.

A gestão da liquidez tem por objetivo quantificar o seu risco e determinar o nível de tolerância a ele, não apenas eliminando o risco de liquidez por própria natureza.

O risco de liquidez de *funding* compreende:

- **Riscos do negócio** - decorrentes das atividades diárias de *funding* e *trading* em situações normais de mercado, advém de *gaps*, de concentração do *funding*, e de fluxos de itens *off balance*; e
- **Riscos contingentes** - decorrentes de fatores externos, sobre os quais a Instituição não tem controle, como volatilidade dos mercados, eventos políticos, e outros aspectos específicos de mercado.

Para controle e avaliação da exposição ao risco de liquidez, o Banco no Brasil utiliza relatórios baseados nos *gaps* de liquidez, considerando e analisando a posição detalhada de ativos e passivos de toda a carteira de captação e aplicação de recursos.

Diariamente são elaborados relatórios de fluxo de caixa, considerando-se o fluxo de vencimento das operações financeiras, o fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e a antecipação de passivos para um período de, no mínimo, 90 dias corridos.

Os riscos de liquidez local são discutidos em reuniões periódicas (ALCO e Comitê de Liquidez) entre os membros da Diretoria do Banco no Brasil e do Banco em Portugal. As estratégias de alocação dos ativos são definidas considerando-se as fontes de *funding* no curto, médio e longo prazos e o risco de taxa de juros implícito nas operações. São também estabelecidos os limites para a gestão de liquidez e manutenção de caixa mínimo, os parâmetros de controle para a distribuição da carteira de captação, e as ações a serem tomadas quanto ao plano de contingência de liquidez.

Para fins legais, são elaborados diferentes relatórios, como:

- **DRL** – Demonstrativo do Risco de Liquidez, cuja finalidade é apresentar os descasamentos por prazo entre ativos e passivos em condições normais de liquidação;
- **LCR e NSFR** – *Liquidity Coverage Ratio* e *Net Stable Funding Ratio* que são os novos índices introduzidos por Basileia III que devem nortear tanto os controles legais quanto os Riscos de Liquidez.

Risco de Capital

A gestão de capital do Banco no Brasil é tratada como um processo contínuo. Inclui o monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos

a que está sujeita, e o planejamento das metas e das necessidades de capital considerando seus objetivos estratégicos. O trabalho realizado mantém uma postura prospectiva, buscando sempre antecipar as mudanças que eventualmente possam ocorrer nas condições de mercado.

Para o devido acompanhamento relativo aos riscos de capital e como suporte para as decisões da alta administração, a área de gestão de riscos elabora:

- Identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos pelo Banco no Brasil;
- Políticas e estratégias de gerenciamento de capital, devidamente documentadas, de modo a estabelecer mecanismos e procedimentos;
- Plano de Capital, com prazo mínimo de três anos, por meio de simulações de eventos severos em condições extremas de mercado (testes de estresse); e
- Relatórios gerenciais semanais que demonstram a simulação de capital para os próximos 3 meses.

De acordo com as novas determinações previstas em Basileia III, o Banco no Brasil monitora suas necessidades futuras de capital e considera ainda hipóteses que exijam o acionamento do plano de contingência de capital.

Riscos Operacionais

A existência de estrutura de gerenciamento de risco operacional em todas as instituições financeiras no Brasil é determinada por Resolução do Bacen. Dentre os eventos relacionados ao risco operacional, estão incluídos: fraudes internas e externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; eventos que provoquem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas de tecnologia da informação; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

O Banco no Brasil segue diariamente uma série de processos e procedimentos para manter o gerenciamento dos riscos operacionais associados aos seus negócios, de acordo com a política institucional definida. Conta também com um plano de contingência que é continuamente monitorado, de forma a assegurar as condições de continuidade das atividades e limitar graves perdas. Dessa forma, tais riscos são identificados, avaliados, controlados e mitigados.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva do Banco no Brasil acompanham esse controle de perto, por meio de relatórios elaborados pela área responsável, que também informa sobre a identificação de deficiências e sua correção tempestiva. Cabe ainda à área específica, disseminar internamente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional e aculturar todos os colaboradores sobre a importância de seus papéis na identificação e minimização desses riscos.

Para auxiliar os monitoramentos dos controles internos, foi desenvolvido um sistema que contém a descrição de todas as atividades internas dos colaboradores, por competência e alçada. Na data prevista para a execução da atividade, o sistema emite automaticamente um alerta ao respectivo colaborador e ao Departamento de Compliance / Área de Gestão de Risco Operacional, registrando sua execução ou não execução. Atividades não executadas são imediatamente informadas ao superior hierárquico do colaborador e ao diretor executivo do departamento ao qual estão vinculadas. Considerando também a justificativa apresentada, passam a ser objeto de análise do Departamento de *Compliance*, que faz sua avaliação, adotando medidas administrativas e/ou eventual correção.

O Conselho de Administração do Banco no Brasil é responsável por validar a Política de Gerenciamento do Risco Operacional. Tal política descreve a estrutura interna, as atividades e a metodologia adotada pela área na mitigação dos riscos operacionais identificados, assim como as eventuais falhas existentes e as medidas corretivas a serem tomadas.

Para acompanhamento das atividades, relatórios semestrais são encaminhados ao Conselho de Administração, informando todas as indicações de eventuais falhas ocorridas, assim como as ações

corretivas e preventivas adotadas frente aos riscos identificados. Sempre que ocorrerem falhas que possam caracterizar médio ou alto risco, relatórios adicionais podem ser emitidos e encaminhados ao diretor executivo responsável, com cópia para toda a diretoria executiva.

A cultura de manutenção de rígidos controles internos é disseminada entre os colaboradores, como parte do dia a dia das atividades. Cada um está ciente de suas responsabilidades no monitoramento do risco operacional. É incentivado que qualquer dúvida, situação de risco ou sugestão de melhoria nos procedimentos seja levada ao conhecimento dos responsáveis, isso contribui para a eficiência do modelo adotado em termos de identificação, monitoramento e mitigação dos riscos.